

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO 2020

2

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

1

Às **09 horas** do dia **23 do mês de abril** do ano de **2019**, no plenário da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, estabelecido na praça Samuel Sabatini, nº 50, Centro, reuniramse os munícipes, os vereadores, os membros do Conselho Municipal do Orçamento (CMO) e os representantes do Executivo Municipal. Todos com o objetivo de atender ao disposto no Artigo 48 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 referente aos instrumentos de transparência da gestão fiscal mediante a audiência pública para a apresentação e discussão da LDO 2020. Estiveram presentes os seguintes vereadores: Bispo João Batista, Jorge Araújo da Silva, Pastor Zezinho Soares, Ramon Ramos, Ary de Oliveira. Presentes os seguintes membros do Conselho Municipal do Orçamento (CMO): José Luiz Gavinelli (Presidente), Secretário de Finanças; Neusa Maria Sachi, Secretária Adjunta de Finanças; Alcir Pirani (Suplente), Diretor do Orçamento da Secretaria de Orçamento e Controladoria; Silvia de Araújo Donnini, Secretária de Educação; Geraldo Reple Sobrinho (Titular), Secretário de Saúde; Mário Cesar Orsolan, Secretaria de Serviços Urbanos; Ivani Pinto Coelho, representante das associações de bairro; Odilon Luiz de Oliveira Junior, Conselho Regional de Contabilidade - CRC/SBC. O Executivo Municipal esteve representado pelas seguintes pessoas: José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Júlia Benício, Secretária de Governo; Miriam Andretta Melo, Assessora na Secretaria de Governo; Pedro Antônio Aguiar Pinheiro, Secretário de Administração e Inovação; Marcelo Gama dos Reis, Secretário Adjunto de Educação; Ilka Baracho da Silva, Chefe de Seção da Secretaria de Educação; Anderson Geraldo da Cruz, assessor da Secretaria de Educação; Patrícia Cristina Barbosa, Encarregada da Secretaria de Educação; Shinji Yoshida, Secretaria do Meio Ambiente; Hiroyuki Minami, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Marlucia Carneiro dos Santos; Bilheteira, Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Carlos Alberto dos Santos, Secretário de Segurança Urbana; Fátima Praeiro dos Santos, Secretaria de Segurança Urbana; Mário Cesar Orsolan, Secretaria de Serviços Urbanos; Neusa Maria Sachi, Secretária Adjunta de Finanças; Rogéria Leite Soares Gomes, Diretora do Departamento de Contabilidade e Controladoria da Secretaria de Finanças; Fabiana Rodriguez Martin, Diretora do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças; Ana Letícia Matheus Nunes, Diretora de Seção na Secretaria de Finanças; Robson Tadeu de



32 Almeida, Assistente de Direção na Secretaria de Finanças; Luiz Dantas, Diretor de Seção na 33 Secretaria de Finanças; Cecília Lorena Viana Gomes, Diretora de Seção na Secretaria de 34 Finanças; Emerson Marcossi de Melo, Encarregado na Secretaria de Finanças; Cristiano 35 Liberato, Diretor de Seção na Secretaria de Finanças; Gisela Correa, Encarregada na 36 Secretaria de Finanças; Alexandra Machtura, Assessora da Secretaria de Finanças; Lucca 37 Capuzzo, Economista na Secretaria de Finanças; Moisés Pais dos Santos, Economista na 38 Secretaria de Finanças; Julia Benício, Secretaria de Governo; Vânia Maria Faustino Aguilar, 39 Diretor de Seção; Pedro Cesar Batistini, Assessor de Políticas Públicas da Secretaria de 40 Comunicação; Mirian Paz Martinez, Diretora de Seção da Secretaria de Transportes e Vias 41 Públicas; Damião Amaral Silva, Diretor Administrativo da Secretaria de Saúde; Sandra 42 Rocco, Diretora de Divisão do Fundo Municipal de Saúde; Olímpio Fernandes, Assessor II 43 na Secretaria de Transportes e Vias Públicas; Maria Auxiliadora Bacelar de Paula, Diretora 44 de Seção, Secretaria de Assistência Social; Suzete Bezerra da Silva, Diretora de Divisão, 45 Secretaria de Assistência Social; Ivar José de Souza, Subprefeito do Riacho Grande; José 46 Roberto Gil Fonseca; Secretaria de Cidadania, Assuntos Jurídicos e Pessoa com Deficiência; 47 Mauro Valeri, Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Frida Baby Waidergorn 48 Cordeiro, Secretária Adjunta de Habitação; Marina Martins Magno, Encarregada de Serviço 49 na Secretaria de Habitação; Alessandra Cristine Baldini, Secretaria de Cultura; Carlos 50 Alberto Garcia Romero, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Social e 51 Cidadania. Representantes da Administração Indireta: Matias José de Sousa, Diretor do 52 IMASF; José Ernesto Ortega, Chefe da Seção Contabilidade do IMASF; Jéssica Silva de 53 Souza, Chefe de Contabilidade da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Marcos 54 Galante Vial, Diretor Superintendente do SBCPREV; Antônio Gilmar Giraldini, Diretor 55 Financeiro do SBCPREV; Henrique Aparecido Vicente, Contador do SBCPREV; Flavio 56 Bonini Simões de Lima, Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos – ARSBC. 57 Assessores parlamentares: José Soares de Oliveira; Denise de Souza Ferreira Uchoa; 58 Célio Roberto. O Vereador Ramon Ramos deu início aos trabalhos e convidou para 59 comporem a mesa dos trabalhos: José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Alcir Pirani, 60 Diretor do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças; Tatiana 61 Moncayo Martins Rebucci, Assessora de Direção da Secretaria de Finanças. O Vereador 62 Ramon Ramos abriu a sessão de audiência pública explicando o objetivo dos trabalhos, fez



63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

os cumprimentos e chamou os técnicos do governo para a composição da mesa. Em seguida, passou a palavra ao Secretário de Finanças que iniciou a sua fala com os agradecimentos. Após listar os presentes e representantes do Conselho Municipal do Orçamento, o Secretário explicou que o objetivo da audiência pública era discutir a LDO 2020 e que a mesma estava respaldada no Artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no Artigo 165 da Constituição Federal, Artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Portaria nº 878 da Secretaria do Tesouro Nacional de 12 de dezembro de 2018. O Secretário esclareceu que o ciclo orçamentário abrange o Programa de governo, o PPA, a LDO (que deverá ser entregue até o dia 30/04 na Câmara e que norteará a política para o próximo exercício financeiro) e a LOA (que deverá ser entregue até o dia 15/10). Foi esclarecido que o ciclo orçamentário conta com a participação da população mediante o Programa Governar com Você foi lançado no dia 1º de fevereiro de 2019 com o objetivo de elencar as prioridades da população para o ciclo orçamentário de 2020 mediante sugestões coletadas até 31 de março de 2019. A população pode participar de duas formas: através do site www.governarcomvc.com.br e, também, através do aplicativo Na Palma da Mão, desenvolvido pela Secretaria de Administração. Foram coletadas 25 mil sugestões de moradores para novas ações. Em seguida, foram apresentados os números de votos por prioridades conforme os seguintes eixos: Assistência Social: construção de novo Acolhimento para pessoas em situação de rua; Instalação de mais 3 Centros Dia para pessoas idosas de forma territorializada; Implantar o CRAS volante para atender as regiões descobertas pela Assistência Social (Riacho Grande-Pós Balsa e outras) de maior vulnerabilidade Social. Construir um futuro melhor com qualificação profissional: Desburocratizar a abertura e o funcionamento dos estabelecimentos de baixo risco; Redução de IPTU para novos investimentos na cidade e para as indústrias que já estão instaladas para garantir a permanência do emprego em São Bernardo do Campo; Capacitação profissional de pessoas e inclusão de pessoas especiais, parcerias com empresas que trabalham no setor – cadeiras de rodas. **Cultura**: Implantar a Fábrica de Cultura; Criação, nas escolas, de bandas e fanfarras; Programa de atividades diferenciadas para a terceira idade. **Desenvolvimento econômico sustentável**: Consolidar as ações da CTR (Central de Trabalho e Renda) aproximando o empregador das pessoas que buscam uma oportunidade de trabalho; Consolidar a Associação do Parque Tecnológico SBC, abrigando o CEITEC e



94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

Incubadoras de empresas de Startapus na geração de emprego e renda; Promover o turismo de negócios, fomentando o desenvolvimento econômico, gerando trabalho, renda, lazer e entretenimento. Educação: Levar tecnologia para dentro das salas de aula; Promover formação continuada de professores e gestores; Qualificar a Educação de Jovens e Adultos. Esporte e Lazer: Construir os Centros Esportivos-Bairros; Promover atividade física e esportiva especial em áreas de maior vulnerabilidade social; Revitalizar a Estrada Velha. Modernização institucional e valorização do funcionalismo: Implementar políticas de modernização e agilização administrativa; Dotar a Prefeitura de São Bernardo de instrumentos tecnológicos modernos; Implementar locais adequados de atendimento à população. Saúde: Implantar o novo Hospital da Mulher; Fortalecer a Assistência ao Servidor; Capacitar constantemente todos os profissionais da Saúde. Segurança Pública: Ampliação de Bases Comunitária Móvel da GCM; Promover polos culturais e esportivos, com o intuito de criar ocupação para os nossos jovens e fazer com que eles se distanciem do mundo do crime; Ampliar sistema de monitoramento. Sustentabilidade Ambiental: Ampliar a coleta seletiva, envolvendo as diversas comunidades, setores do comércio e indústria, por meio de campanhas educativas; Promover a Educação Ambiental para a Coleta Seletiva; Adequar as praças existentes para real utilização dos usuários. **Transporte:** Dobrar a frota de ônibus em horários de pico: Monitorar e reprogramar os semáforos inteligentes para melhoria dos deslocamentos; Diminuir o tempo das viagens e tornar o transporte mais confortável. O total de votos foi equivalente a 24.583, número maior que aquele obtido no ano passado em razão da implantação do aplicativo "Na Palma da Mão". Em seguida, o Secretário teceu alguns comentários sobre o cenário econômico atual, sobre as incertezas e expectativas, destacou que a taxa de desemprego continua elevada (12,4% no trimestre fechado em fevereiro de 2019, IBGE) e que há perspectivas de reformas, tanto da previdência quanto a tributária. Também, foram citadas as relações comerciais do Brasil com os EUA; a China e os países árabes. Foi explicado que as notícias do primeiro quadrimestre acabam impactando na arrecadação do município. Foram apresentadas algumas manchetes dos principais jornais: Incerteza e adiamento de reformas pesam na projeção para o Brasil (Valor Econômico, 10/04/19); Bolsa fecha em queda de 1% e dólar supera R\$ 3,93 com atraso na Previdência (O Estado de São Paulo, 17/04/2019). Itaú reduz previsão de crescimento do PIB de 2% para 1,3% (Folha de São Paulo, 18/04/19). Em



125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

seguida, o Secretário comentou sobre a evolução do PIB projetado e o efetivo, lembrando o fato de que o PIB foi negativo em 2015. Também, foi comentado que o impacto do ICMS é de sempre dois anos para frente e que a receita do município continua nos patamares de 2018. A arrecadação de ICMS, em 2018, foi equivalente a R\$ 863,33 milhões. O índice de participação dos municípios na arrecadação de ICMS era equivalente a 4,81 em 1995 e em 2020, esse mesmo índice cai para 2,34 - o que caracteriza um quadro pessimista. Foi explicada a metodologia de cálculo do ICMS do índice de participação do ICMS. Em seguida, o Secretário fez uma análise comparativa sobre a variação da arrecadação de alguns tributos do ano 2018 com o ano 2019 (janeiro a março): ICMS (+0,4%); IPVA (+3,5%); ISS (+9,5%); IPTU (+1,4%); ITBI (+11,5%); FPM (+10,5%). Em seguida, iniciou-se a apresentação dos dados da LDO 2020. As metas utilizadas na elaboração da peça orçamentária, conforme dados do Banco Central foram: IPCA-15: 3,98% (2020); 3,75% (2021); 3,75% (2022). Quanto ao PIB, estão projetadas as seguintes taxas: 2,65% (2020); 2,50% (2021) e 2,50% (2022). No que tange aos dados consolidados do município, com relação à receita prevista da Administração Direta, para LDO 2020, estima-se uma arrecadação de R\$ 4,60 bilhões, o que corresponde a 88,3% da arrecadação, sendo Recurso do Tesouro: R\$ 2,90 bilhões (54,77%); Recursos Vinculados: 1,70 bilhões (33,53%); Administração Indireta: R\$ 621,00 milhões (11,7%). Em relação a LDO 2019, verifica-se uma queda de 3,5%. Com relação às transferências financeiras, a previsão é de R\$ 457,50 milhões, distribuídos da seguinte forma: SBC PREV (R\$ 355,20 milhões); Câmara (R\$ 77,50 milhões); ETC (R\$ 11,30 milhões); Fundação Criança (R\$ 12,50 milhões) e Agência Reguladora: R\$ 1,00 milhão. A receita prevista na LDO 2020, tanto da Administração Direta quanto da Administração Indireta, está estimada em R\$ 5,30 bilhões, distribuída da seguinte forma: PMSBC (R\$ 4,60 bilhões); Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (R\$ 40,50 milhões); IMASF (R\$ 156,10 Milhões); Fundação Criança de São Bernardo do Campo (R\$ 19,40 milhões); Rotativo (R\$ 8,20 milhões); SBC PREV (R\$ 397,0 milhões). Com relação à receita da administração direta por categoria, destacam-se: Impostos, taxas e contribuições de melhoria: R\$ 1,50 bilhão; Contribuições: R\$ 66,17 milhões; Receita Patrimonial: R\$ 182,20 milhões; Receita de Serviços: R\$ 8,20 milhões; Transferências correntes (R\$ 1,70 bilhão); Outras receitas correntes (R\$ 155,10 milhões); Receitas de capital (R\$ 935,1 milhões). O maior item da composição da receita por categoria (que totaliza R\$ 4,60 bilhões) são: Transferências



156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

correntes (37,94%) e Impostos, taxas e contribuições de melhoria: (33,34%). O Secretário explicou que o ICMS, o item mais importante da receita de São Bernardo do Campo responde por 28,5% receitas do Tesouro (R\$ 3,1 bilhões); enquanto que o ISS responde por 17,8% e o IPTU, por 15%. Também foi lembrado que há algum tempo o ICMS chegou a representar 60% da arrecadação do município. O município está mudando a sua natureza, focalizando Serviços. O peso do ISS na arrecadação está crescendo enquanto a participação do ICMS na arrecadação está diminuindo. A receita da Administração Direta (R\$ 4,68 bilhões) por fonte de recurso está distribuída da seguinte forma: Tesouro (R\$ 2,90 bilhões); Transferências e Convênios Estaduais (R\$ 425,02 milhões); Recursos Próprios de Fundos Especiais de Despesa (R\$ 217,24 milhões); Transferências e Convênios Federais (R\$ 649,62 milhões); Outras Fontes de Recurso (R\$ 10,00 milhões) e Operações de crédito (R\$ 488,92 milhões). No que tange à despesa total por Secretaria (R\$ 4,23 bilhões), tem-se: Secretaria de Saúde - Fundo de Saúde: R\$ 1,12 bilhão (26,61%); Secretaria de Educação: R\$ 920,11 milhões (21,74%); Secretaria de Transportes e Vias Públicas: R\$ 690,97 milhões (16,33%); Encargos Gerais do Município: R\$ 300,13 milhões (7,09%); Secretaria de Serviços Urbanos: R\$ 259,60 milhões (6,13%); Secretaria de Administração e Inovação: R\$ 229,94 milhões (5,43%); Secretaria de Habitação; R\$ 225,33 milhões (5,32%); Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico: R\$ 120,43 milhões (2,85%); Secretaria de Segurança Urbana: R\$ 71,75 milhões (1,70%); Procuradoria Geral do Município: R\$ 64,47 milhões (1,52%); Secretaria de Finanças: R\$ 51,11 milhões (1,21%); Secretaria de Assistência Social: R\$ 48,88 milhões (1,16%); Secretaria de Esportes e Lazer: R\$ 25,23 milhões (0,60%); Secretaria de Comunicação: R\$ 24,80 milhões (0,59%); Secretaria de Cultura e Juventude: R\$ 18,41 milhões (0,44%); Secretaria de Governo: R\$ 17,88 milhões (0,42%); Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo: R\$ 14,29 milhões (0,34%); Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal: R\$ 8,67 milhões (0,20%); Secretaria de Cidadania, Assuntos Jurídicos e Pessoa com Deficiência: R\$ 5,16 milhões (0,12%); Secretaria de Chefia de Gabinete: R\$ 3,13 milhões (0,07%); Gabinete do Prefeito: R\$ 2,76 milhões (0,07%); Secretaria de Coordenação Governamental: R\$ 2,64 milhões (0,06%). Em seguida, foram apresentadas as despesas da Administração Direta por Fonte de Recursos: 01 – Tesouro: R\$ 2,45 bilhões; 02 – Estado: R\$ 425,02 milhões; 03 – Fundos: R\$ 217,24 milhões; 05 – União: R\$ 649,62 milhões; 06 – Parcerias: R\$ 10,00 milhões; 07 -



187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

Operações de Crédito: R\$ 488,92 milhões, totalizando R\$ 4,2 bilhões. Foram discriminadas as despesas da administração direta por categoria. As despesas correntes respondem por 71% do total das despesas enquanto as despesas de capital representam 28,8% do total. Os Investimentos da Administração Direta previstos pela LDO 2020 somam R\$ 1,04 milhão, sendo financiados pelas seguintes fontes: 01 - Tesouro: R\$ 239,17 milhões (5,65%); 02 -Estado: R\$ 34,40 milhões (0,81%); 03 – Fundos: R\$ 59,21 milhões (1,40%); 05 – União: R\$ 219,63 milhões (5,19%); 07 - Operações de Crédito: R\$ 488,92 milhões (11,55%). Na sequência, foi comentada a aplicação Constitucional na Educação, a aplicação mínima obrigatória está na ordem de 25%. A previsão da LDO 2020 é de aplicação na ordem de 27,06%, um índice histórico que vem sendo aplicado nos últimos anos. Foi projetada uma receita proveniente de transferências e impostos na ordem de R\$ 2,60 bilhões, o que corresponde a uma aplicação em Educação equivalente a R\$ 704,27 milhões. De forma analítica foram apresentadas as despesas com Educação segundo os grupos de despesas: Pessoal: R\$ 296,42 milhões (64%); Custeio: R\$ 139,21 milhões (30%); Investimentos: R\$ 24,19 milhões (5,23%); Amortização da dívida: 2,71 milhões (0,59%). Em seguida, o Secretário apresentou os números referentes aos equipamentos de Educação (205) e alunos (82.020). Foram discriminados os principais gastos com Educação - Merenda Escolar: R\$ 60,70 milhões; Uniforme Escolar: R\$ 8,00 milhões; Material Escolar: R\$ 6,50 milhões; Transporte Escolar: R\$ 48,16 milhões; Convênios e Parcerias: R\$ 49,55 milhões. Na saúde, a LDO 2020 prevê aplicação na ordem de R\$ 580,90 milhões, o que representa 22,32% do total das transferências e impostos, sendo que a aplicação obrigatória corresponde a 15%. No que tange aos grupos de despesas, destacam-se: custeio (82,86%), incluindo o contrato de gestão com a Fundação do ABC; Pessoal: R\$ 14,16%. Os principais gastos previstos com Saúde são: Manutenção e funcionamento do HMU/Hospital da Mulher: R\$ 87,33 milhões; Manutenção e funcionamento do Hospital Anchieta: R\$ 89,71 milhões; Manutenção e funcionamento do Hospital de Clínicas de São Bernardo do Campo: R\$ 127,54 milhões; Manutenção e funcionamento do Hospital de Pronto Socorro/Hospital de Urgência: R\$ 109.16 milhões. Com relação à Secretaria de Serviços Urbanos, foram destacas as seguintes despesas: Manutenção de parques, praças e áreas verdes: R\$ 2,96 milhões; Conservação das vias e logradouros: R\$ 14,48 milhões; Ampliação e regulação do sistema de limpeza urbana: R\$ 158,40 milhões. Na cidade, existem doze Ecopontos. Execução de Obras de



218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

Micro drenagem: R\$ 12,28 milhões; Manutenção do sistema de drenagem e operação de elevatórias R\$ 2,26. Para a Secretaria de Transporte e Vias Públicas, foram destacadas as seguintes despesas: Sinalização e fiscalização do trânsito (R\$ 48,79 milhões); Gratuidades: (R\$ 38,01 milhões); Gestão e controles de radares eletrônicos (R\$ 48,00 milhões). Sobre o Programa de Transporte Urbano, foram destacadas as seguintes obras: Corredor Alvarenga II, Corredor Castelo Branco - Obras do Grupo II, Corredor Vila São Pedro- Obras do Grupo II, Corredor Rotary - Obras do Grupo II, Corredor Galvão Bueno - Obras do Grupo II, Terminal Batistini - Obras do Grupo II, Desapropriações: Alvarenga I, Rudge Ramos, Castelo Branco, Rotary, Galvão Bueno e Terminal Batistini, Sistema de Semáforos, Implantação do SIMCO e Sistema de Gestão de Trânsito, Compensação Ambiental Gerenciamento, Supervisão e Auditoria Projetos Urbanísticos e de Corredores de Transportes. Para a Secretaria de Administração e Modernização, foram destacadas as seguintes despesas: Pessoal (R\$ 1,10 bilhão); Manutenção de Órgãos Externos (R\$ 4,24 mihões); Com Policiamento (R\$ 579); Com Defesa Civil (R\$ 3,66 milhões); PNAFM (R\$ 14,99 milhões); PMAT (R\$ 4,02 milhões). Com relação ao Programa Atende Bem, o número de atendimentos/serviços realizados por mês (média) foi de 66.247, somando 794.964 atendimentos no ano 2018. O número de serviços disponibilizados, no geral (presencial e online) foi equivalente a 581 e, Online (WEB) totalizou 130 serviços. O tempo médio de espera de atendimento foi de 12 minutos. Na Secretaria de Esporte, o orçamento está previsto em R\$ 6,80 milhões e conta com 82 equipamentos. Também, detalhou-se o orçamento da Administração Indireta (LDO 2020): SBCPREV (R\$ 397,03 milhões); IMASF (R\$ 156,11 milhões); Faculdade de Direito (R\$ 40,53 milhões); Fundação Criança (R\$ 19,46 milhões) e Rotativo (R\$ 8,2 milhões), totalizando R\$ 621,33 milhões. A Agência Reguladora não possui receita própria. Total da Administração Indireta: R\$ 574,4 milhões. Despesas: Aposentadorias e Reformas (R\$ 523,50 milhões); Pensões (R\$ 96,70 milhões); Custeio (R\$ 7,00); Reserva Atuarial (R\$ 136,80 milhões); Reserva de Contingência (R\$ 7,21 milhões); Outras despesas (R\$ 70,00 milhões); Compensação Previdenciária (R\$ 50,00 milhões). Total das despesas: R\$ 773 milhões. Programas do Legislativo e Administração Indireta: Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo – SBCPREV (R\$ 773 milhões); Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo (R\$ 150,00); Câmara Municipal de São Bernardo do Campo (R\$ 67,9 milhões); Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (R\$ 35,20 milhões);



Fundação Criança de São Bernardo do Campo (R\$ 31,90 milhões); Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo (R\$ 11,30 milhões); Rotativo São Bernardo (R\$ 8,2 milhões); Agência Reguladora de Saneamento Básico de São Bernardo do Campo (R\$ 1,00 milhão). Total Administração Indireta: R\$ 1,07 bilhão. Também, foram detalhados cada um dos Programas, tanto do Poder Legislativo quanto da Administração Indireta. Total Geral Consolidado: R\$ 5,30 milhões. O Secretário finaliza dizendo que esta é a LDO prevista e submetida para apreciação à Câmara e aos munícipes e que o Projeto de Lei se encontra no *site*: http://www.saobernardo.sp.gov.br/, acesso à informação via Portal da Transparência. Em seguida, o Vereador Ramon Ramos concedeu a oportunidade para os questionamentos, no entanto, nenhuma questão foi feita. Encerramento: 10h15.